

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE A DISTÂNCIA E OS INDICADORES DE QUALIDADE

Irene Jeanete Lemos Giberto – UNISANTOS –SP

irenejgil@uol.com.br

Resumo: A Universidade Aberta do Brasil (UAB), cujo projeto que já vinha sendo gestado desde a década de 1980, foi idealizada como um modelo de formação, que envolve parceria entre universidade e municípios. A visível expansão de cursos de licenciatura em EAD, aprovados pelo MEC nos últimos cinco anos, evidencia a institucionalização da educação a distância no país e tem gerado debates sobre a formação oferecida por esses cursos. Com base nas diretrizes propostas nos documentos governamentais sobre os referenciais de qualidade para EAD, este trabalho discute a expansão dos cursos a distância, no sistema UAB, e suas implicações no contexto brasileiro educacional.

Palavras-chave: políticas educacionais; educação a distância; qualidade de ensino; ensino superior

Introdução

O final do século XX marca o envolvimento das Instituições de Ensino Superior com a educação a distância no país, envolvimento esse que vem crescendo visivelmente nos últimos tempos, motivado pelo incentivo governamental à abertura de cursos nessa modalidade de ensino. A legalização da educação a distância vem sendo revista e regulamentada desde a primeira referência legal, expressa no Art. 80 da Lei n.º 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Este artigo, que trata da educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino, incluindo a educação continuada, foi regulamentado com a publicação do Decreto n.º 5.622, no Diário Oficial da União em 20/12/05, o qual revogou os Decretos e Portarias que haviam sido aprovados durante o período de 1998 a 2005. Em 2001, a publicação da Portaria Ministerial 2.253/2001 abriu possibilidades para a oferta de disciplinas “não presenciais” em cursos de educação superior, o que foi reiterado na publicação da Portaria Ministerial 4059/2004, de 10/12/2004, que revogou a anterior, estabelecendo o limite de 20% da grade curricular dos cursos a ser oferecido na modalidade a distância. Vianney (2003), ao fazer uma síntese do histórico da educação a distância no país, nos lembra o significado que essa Portaria teve para a implantação da educação a distância, especialmente entre as instituições de ensino superior privadas.

A partir de 2001, entrou em vigor a portaria 2.253 do Ministério da Educação, autorizando que até 20% da carga horária de cursos presenciais de graduação pudessem ser oferecidos a distância pelas IES, como uma alternativa para o aluno. Ou seja, sem deixar de oferecer a mesma disciplina

em caráter presencial, as instituições poderiam criar turmas a distância. Este recurso, utilizado informalmente desde 1999, começou a ser disseminado a partir de 2002, criando um novo foco para o desenvolvimento da EAD no Brasil. Instituições particulares assumiram a liderança na oferta de disciplinas a distância, criando disciplinas on-line em matérias com alta concentração de alunos em dependência – reprovados em semestres anteriores, e também para a oferta de disciplinas do ciclo inicial, obrigatórias para todos os alunos de determinadas áreas, permitindo atender a um número de alunos sem a necessária multiplicação de salas físicas (VIANNEY, 2003, p. 9)

As políticas de regulamentação da educação a distância, por meio de Decretos e Portarias, foram consolidando a educação a distância no país, o que possibilitou às instituições de ensino superior adaptar-se à nova metodologia de ensino. A institucionalização da educação a distância, no entanto, ocorreu com a publicação do Decreto Nº. 5.800, de 8 de junho de 2006, o qual dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta no Brasil (UAB) e trata do credenciamento de instituições que ministram cursos a distância com direito à certificação. Este Decreto consolidou as regulamentações anteriores e ampliou o leque de possibilidades de oferta de cursos a distância, considerando que as instituições de ensino superior credenciadas junto ao MEC poderiam criar cursos de graduação nessa modalidade. No cerne da expansão do ensino superior a distância, estava a idéia de atingir um maior número possível de pessoas que não tinham acesso à educação superior e também os professores que atuavam no ensino básico, porém não eram graduados. Para que essa meta fosse cumprida, foi recuperado o modelo que envolvia parcerias com estados e municípios, criando-se pólos presenciais de apoio aos estudantes nos cursos a distância. Nascia, assim, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), como um sistema de consórcio do qual participam instituições de ensino superior, públicas e privadas, instituições federais, estaduais e municipais.

Essa expansão retrata um quadro de contínuo desenvolvimento da modalidade a distância no país, iniciada com a oferta de cursos nos níveis de extensão, especialização e pós-graduação *lato sensu*, e, posteriormente, com a oferta de disciplinas a distância. A institucionalização da EAD, conforme referido acima, ocorreu nos últimos cinco anos com o credenciamento de universidades públicas e particulares para oferta de cursos de licenciatura a distância no sistema UAB, cujo objetivo é a formação de professores para a Educação Básica. As instituições credenciadas para tal fim são responsáveis pelos cursos ministrados a distância, que são desenvolvidos nos estados e municípios brasileiros, onde funcionarão os pólos presenciais para atendimento aos estudantes. Os pólos são definidos na legislação como

“unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância (Art. 12, do Decreto nº 5.622, de 2005). Cabe acrescentar que a legislação da educação a distância vem sendo aprimorada, no sentido de contemplar as diversas instâncias onde ocorrem os cursos, incluindo os pólos presenciais. Na Portaria Normativa nº2, de 10 de janeiro de 2007, Art. 5º,§5º, consideram-se pólos de apoio presencial “aqueles que ofereçam curso regularmente autorizado ou reconhecido, com base no Cadastro de Instituições e Cursos de educação superior (Sied-Sup), e integrantes da lista oficial inserida na página eletrônica do INEP”

1. A expansão dos cursos a distância

O período pós-publicação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) marca o surgimento dos primeiros cursos a distância, por meio de videoconferências, tecnologia que ainda hoje é utilizada pelas instituições que ministram cursos nessa modalidade. Um breve histórico mostra que, no período de 1994 a 1997, oito instituições de ensino superior iniciaram os primeiros cursos a distância no país e desenvolveram projetos que assinalaram um marco para a educação a distância no Brasil. São elas: Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de São Paulo (instituições públicas); Universidade Anhembi Morumbi; Pontifícia Universidade Católica de Campinas; Centro Universitário Carioca (instituições particulares). Somado a esses resultados, a criação da Universidade Virtual, em 1997, veio dar novo impulso aos cursos a distância.

A partir de 1998 e, de modo mais intenso, em 2002, houve um aumento significativo de pedidos de credenciamento, junto ao MEC, de instituições de ensino superior (públicas e privadas) para oferta de cursos de graduação na modalidade a distância. Em quatro anos, os pedidos de autorização evoluíram significativamente, passando de oito solicitações (em 1998) para quatorze (em 2000) e quarenta e sete (em 2002); de cento e sessenta e seis (em 2004) para duzentos e dezessete (em 2005) e duzentos e vinte e cinco (em 2006), segundo dados do NEC/SESu. Em relação às regiões brasileiras, evidencia-se a predominância da região sudeste, seguida da região sul quando às instituições públicas credenciadas para a oferta de cursos a distância, o que não significa que todas essas instituições estejam ministrando cursos

nessa modalidade. De acordo com os dados da ABRAED/2007, temos o seguinte cenário da EAD nas regiões brasileiras:

Região	2004		2005		2006	
	FEDERAL	ESTADUAL	FEDERAL	ESTADUAL	FEDERAL	ESTADUAL
Centro-Oeste	09	09	04	10	14	13
Nordeste	08	02	16	02	28	04
Norte	05	06	07	06	10	08
Sudeste	48	42	57	46	54	27
Sul	21	16	28	33	34	33
Total Geral	166		217		225	

Um levantamento realizado sobre os cursos de Pedagogia a distância, com base nos dados do MEC, aponta a existência de 42 instituições federais e estaduais que oferecem o curso, sendo que seis instituições estão localizadas na região Centro-Oeste; oito, na região Nordeste; três, na região Norte; quinze, na região Sudeste e dez, na região Sul. Elas compõem um sistema de rede que abrange um significativo número de pólos estaduais e municipais, credenciados junto a essas instituições, os quais funcionam como unidades “para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas” (Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2007, Art. 2º, § 1º). Os pólos presenciais respondem pela orientação e avaliação dos alunos, pela realização de estágios e, portanto, também são responsáveis pela formação dos futuros professores da educação básica. A regulação sobre os pólos presenciais está expressa na Portaria Normativa nº 2, de 10 de janeiro de 2007, Art. 2º:

O ato autorizativo de credenciamento para EAD, resultante do processamento do pedido protocolado na forma do art. 1º, considerará como abrangência para a atuação da instituição de ensino superior na modalidade de educação a distância, para fim de realização dos momentos presenciais obrigatórios, a sede da instituição acrescida dos endereços dos pólos de apoio presencial.

A mesma Portaria, no seu Artigo 5º, referente às disposições transitórias, no § 5º descreve os pólos presenciais em funcionamento como aqueles que oferecem “curso regularmente autorizado, ou reconhecido, com base no Cadastro de Instituições e Cursos de Educação Superior (Sied-Sup), e integrantes da lista oficial inserida na página eletrônica do INEP”. Trata-se, portanto, de um modelo complexo de ensino, que envolve as duas modalidades, presencial e a distância. Disso decorre a multiplicidade e diversidade de situações que o

estudante tem que vivenciar, considerando que há o envolvimento de diferentes agentes no processo e que a aprendizagem corre em diferentes espaços formativos.

Contudo, a expansão do sistema educacional a distância está ocorrendo no mundo e reflete as mudanças políticas provocadas por órgãos internacionais, entre eles o Banco Mundial. Na América Latina, os países estão vivenciando essa realidade e no documento elaborado pelo Grupo Especial da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), publicado em 2002, com o título de *La Educación Superior em los Países em Desarrollo: peligros y promesas*, encontram-se referências em relação à expansão de instituições públicas e particulares que vêm investindo na modalidade a distância.

Los sistemas de educación superior no solo se han expandido en todo el mundo, sino que la naturaleza misma de los establecimientos ha experimentado simultáneamente un cambio, como resultado de un proceso de diferenciación. Este proceso puede darse en sentido vertical, conforme proliferan distintos tipos de instituciones, es decir, a medida que junto a las universidades tradicionales de investigación, van apareciendo institutos politécnicos, escuelas profesionales, establecimientos que otorgan grados pero no realizan investigación, y centros de educación popular. La diferenciación puede darse también en sentido horizontal, merced a la creación de establecimientos manejados por agentes privados, tales como instituciones con fines de lucro, organizaciones filantrópicas y otras entidades sin fines de lucro, como asimismo, agrupaciones religiosas. El auge del aprendizaje a distancia, modalidad que cobra cada vez mayor importancia, es otro ejemplo de diferenciación, que se da tanto en sentido vertical como horizontal (UNESCO, GRUPO ESPECIAL, 2000, p. 32).

As questões postas nesse documento podem servir de base para a discussão sobre o modelo que vem sendo implantado no Brasil para os cursos a distância, oferecidos pelas instituições que participam do consórcio da Universidade Aberta do Brasil. A proposta do projeto elaborado pela instituição de ensino superior que oferece o curso a distância é operacionalizada nos pólos presenciais, localizados em diferentes regiões do país, com os quais a instituição estabeleceu convênios. Trata-se, portanto, de um novo desenho de formação, que prevê uma dinâmica muito diferente daquela realizada nos laboratórios das próprias instituições ou nas salas de ensino presencial. Estamos diante de um modelo mais complexo que se caracteriza pela multiplicidade e diversidade de situações, considerando que há o envolvimento de diferentes atores no processo.

Essas questões, que têm preocupado os educadores, encontram abrigo nos documentos oficiais, segundo os quais as complexas questões que a sociedade enfrenta impõem novos desafios para a educação e exigem uma formação diferenciada daquela do passado. E a educação a distância, de acordo com os documentos governamentais, parece cumprir esse papel de educar para um mundo complexo, competitivo, moldado no modelo econômico, cujas metas são os resultados a serem alcançados.

2. A qualidade dos cursos a distância

A expansão de cursos de Licenciatura a distância no sistema UAB configura uma mudança no cenário educacional brasileiro e tem provocado debates sobre a formação dos futuros profissionais de ensino e sobre a qualidade dos cursos oferecidos. Os documentos oficiais que tratam da educação a distância propõem que sejam mantidos os padrões de qualidade oferecidos no ensino presencial, conforme se lê no Relatório elaborado pela Comissão Assessora para Educação Superior a Distância do MEC (2002). No entanto, de que qualidade se trata?

Um breve retrospecto sobre a questão da qualidade nos remete às propostas do Banco Mundial para a educação (TOMMASI et alli, 2003), nas quais fica evidenciada a relação entre a qualidade da educação e os modelos econômicos. Sob esse aspecto, Torres (2003, p. 131), ao discutir o papel do Banco Mundial em relação aos sistemas educativos dos países em desenvolvimento, refere-se aos principais desafios que esses países enfrentarão para alcançar os níveis desejáveis de desenvolvimento: acesso à educação; equidade; qualidade; redução da distância entre reforma educativa e a reforma das estruturas econômicas. A educação é associada à função da produção, e a melhoria da qualidade é compreendida dentro da lógica do discurso econômico, cuja meta são os produtos finais.

A estreita visão da educação como conteúdos (o ensino como informação a ser transmitida e a aprendizagem como informação a ser assimilada) é a que subjaz à concepção tradicional, transmissora e “bancária” da educação e é coerente com a noção de “qualidade da educação” como “rendimento escolar” (TORRES, 2003, p. 142).

Com base na análise de documentos da política setorial do Banco Mundial, Torres (2003) aponta em seu estudo as imprecisões conceituais presentes nos documentos do Banco Mundial, as quais denotam desconhecimento das teorias e das pesquisas realizadas pelos

educadores brasileiros, considerando que nesses documentos “predomina a visão da educação como um campo sem especificidade, sem antecedentes nem história, (...) no qual confluem e interatuam insumos ao invés de pessoas, resultados ao invés de processos, quantidades ao invés de qualidades” (TORRES, 2003, p. 141).

Da mesma forma, Tommasi (2003, p. 197), ao estudar as linhas de ação propostas pelo Banco Mundial para o setor educacional brasileiro, faz referência ao diagnóstico, realizado pelo Banco, do sistema educacional nos países em desenvolvimento, cujas conclusões desenham um quadro crítico da educação inicial, no qual os alunos “não conseguem adquirir as habilidades requeridas pelos currículos de seus próprios países nem se desempenhar no mesmo nível atingido pelos países mais desenvolvidos”. Em vista deste cenário, conclui-se pela necessidade de melhoria da qualidade da educação, conceito esse que, no dizer de Gentili (1997, p. 115), aproxima-se do significado atribuído ao setor produtivo. Com base nos resultados do diagnóstico realizado pelo Banco Mundial nos países em desenvolvimento, foram pautadas as ações para a área da educação, a saber: suprir a falta de material didático e pedagógico; melhorar as habilidades dos professores em técnicas de sala de aula; melhorar a capacidade de gerenciamento setorial.

O BM agrupa em cinco tipos os insumos que intervêm na aprendizagem: a) a motivação e a capacidade para aprender dos alunos; b) o conteúdo a ser aprendido; c) o professor; d) o tempo da aprendizagem; e) as ferramentas necessárias para ensinar e aprender. (TORRES, 2003, p.174).

Com base em estudos realizados sobre o acesso, a quantidade e a variedade dos materiais pedagógicos, Torres (2003, p. 159), registra as conclusões dos técnicos do Banco Mundial, para quem o livro didático constitui-se no material prioritário para a aprendizagem do estudante. No que tange à constituição de bibliotecas, os mesmos técnicos consideram que o fato de o acervo conter diferentes estilos de leitura não configura qualidade de leitura. As orientações nos livros didáticos e nos cadernos dos professores apontam um cenário em que o “fazer” superpõe-se ao conhecimento e do qual a diversidade parece não fazer parte. No caso da formação de professores, a prioridade é a formação em serviço, por meio de cursos a distância, cujo objetivo é melhorar as habilidades dos professores em técnicas de sala de aula.

3. Os indicadores de qualidade para a educação a distância

A visível expansão de cursos a distância no ensino superior e a aprovação de cursos de licenciatura oferecidos pelas universidades que participam do consórcio Universidade Aberta do Brasil acirrou mais ainda a discussão sobre o significado da formação dos futuros profissionais. Os questionamentos centram-se nos aspectos referentes à qualidade de educação oferecida pelos cursos a distância, na formação dos professores e na avaliação, considerando-se a especificidade da educação a distância como formação aberta e centrada no sujeito.

Os referenciais de qualidade para educação a distância foram estabelecidos pelo Ministério da Educação, com objetivo de orientar os gestores das instituições de ensino superior na proposta institucional para autorização de cursos nessa modalidade. Embora não tenham força de lei, constituem a base para a análise das propostas enviadas ao MEC, pela comissão encarregada da avaliação do projeto. Os itens da proposta de curso a distância, de acordo com os Referenciais de Qualidade publicados em 2005 pelo MEC, devem contemplar: a) integração com políticas, diretrizes e padrões de qualidade definidos para o ensino superior como um todo e para o curso específico; b) desenho do projeto; c) equipe profissional multidisciplinar; d) comunicação, interatividade entre professor e aluno; e) qualidade dos recursos educacionais; f) infra-estrutura de apoio; g) avaliação de qualidade contínua e abrangente; h) convênios e parcerias; i) edital e informação sobre o curso de educação a distância; j) custos de implementação e manutenção da educação a distância.

O critério proposto nos documentos oficiais sobre educação a distância é a qualidade de ensino que ela deverá oferecer, conforme se lê no Relatório elaborado pela Comissão Assessora para Educação Superior a Distância do MEC, em 2002, onde se propõe que sejam mantidos, na educação a distância, os padrões de qualidade oferecidos no ensino presencial. Contudo, de qual qualidade se trata?

Na proposta do documento Referenciais de Qualidade para cursos a distância, publicado em 2003, pode-se encontrar alguns pontos de interesse para esta discussão, voltados para o trabalho do professor na educação a distância. Nesse documento, fica claro que o papel do professor é decisivo na formação do aluno e que essa modalidade de ensino pressupõe funções diferentes daquelas exercidas pelos professores no ensino presencial. Sob esse aspecto, o conhecimento das tecnologias e das diferentes linguagens assim como dos modos de comunicação nos processos a distância são fundamentais para que se efetive a interação

com os alunos, considerado o centro do processo. A comunicação estende-se também aos membros da equipe que atuam na educação a distância. Saber conviver com o grupo e desenvolver a capacidade de cooperação com outros profissionais é um dos fatores decisivos para que se mantenha a qualidade do ensino a distância; no entanto, esses fatores somente terão sentido se relacionados à proposta da instituição e seus desígnios.

É preciso considerar os pressupostos filosóficos e pedagógicos que orientam a estrutura do curso e os objetivos, competências e valores que se pretendem alcançar; os aspectos culturais e sócio-econômicos tanto no desenho pedagógico do curso, quanto na definição dos meios de acesso aos alunos; uma dinâmica de evolução do processo de aprendizagem que incorpore a interação entre os alunos e professores e dos pares entre si; o desenvolvimento adequado da avaliação do ensino e aprendizagem e do material didático deverá mediar a interação com o aluno, estando este distante do professor e de seus colegas (MEC, Referenciais de Qualidade, 2003)

Na concepção do Grupo de Trabalho “EAD no Ensino Superior” (GTEADES), cujo Relatório foi publicado em 2005, a qualidade de um programa de educação a distância requer compromisso do educador e da IES; deve viabilizar aprendizagem/ensino significativos; deve estar comprometido com a busca de solução dos problemas da sociedade, divulgação dos seus produtos e construção do conhecimento a partir dos serviços prestados à sociedade. No que tange à qualidade de ensino na modalidade a distância, o Art.2º, do Decreto 2.494, § 6º, determina que

A falta de atendimento aos padrões de qualidade e a ocorrência de irregularidade de qualquer ordem serão objeto de diligências, sindicância e, se for o caso, de processo administrativo que vise a apurá-los, sustentando-se, de imediato, a tramitação de pleitos de interesse da instituição, podendo ainda acarretar-lhe o descredenciamento (BRASIL/MEC.Decreto 2.494, de 10/02/1988).

Nos indicadores de qualidade para a educação a distância, está patente a complexidade dessa modalidade de ensino, cuja proposta precisa estar integrada ao Plano de Desenvolvimento Institucional.. O compromisso institucional na formação dos futuros profissionais coloca-se como prioridade quando a questão é a qualidade de ensino que se deseja oferecer. Os indicadores de qualidade incluem, portanto: a) concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; b) sistemas de comunicação; c) material didático; d) avaliação; e) equipe multidisciplinar; f) infra-estrutura de apoio; g) gestão acadêmico-administrativa;

sustentabilidade financeira. Esses quesitos fazem parte da Ficha de Avaliação dos cursos a distância e auxiliam na pontuação e na análise das condições de oferta desses cursos.

A primeira questão diz respeito ao papel que a educação a distância ocupa no projeto político-pedagógico da instituição e à opção epistemológica de educação ali proposta, incluindo-se a organização do currículo e seu desenvolvimento. Nesse quesito, que é bastante complexo, a exigência é que a instituição descreva o processo e a metodologia do projeto, os momentos de encontros presenciais, a interação entre professores, tutores e alunos e as estratégias utilizadas, de modo a “prever vias efetivas de comunicação e diálogo entre todos os agentes do processo educacional”, conforme consta do referido documento.

Outra questão significativa nos processos formativos a distância são os pólos presenciais, as unidades onde são realizadas as atividades presenciais previstas na proposta institucional e na legislação (avaliação dos estudantes, defesa de trabalhos de conclusão de curso, aulas práticas em laboratório específico e estágio). No discurso governamental, o pólo é a unidade “que desempenha papel de grande importância para o sistema de educação a distância. Sua instalação auxilia o desenvolvimento do curso e funciona como um ponto de referência fundamental para o estudante” (MEC, 2007, p.24).

Quanto aos profissionais que orientam os alunos nos pólos, o referencial de qualidade deverá estar expresso no processo de gestão institucional, no controle da tutoria e na produção e distribuição de material didático, além do sistema de avaliação e do banco de dados com cadastro dos estudantes, professores, tutores e sistema de gestão acadêmica. Realizar cursos a distância exige investimento por parte da instituição e a previsão dos custos deverá constar do projeto político-pedagógico, de modo a assegurar a continuidade e a qualidade dos cursos oferecidos.

Considerações Finais

O cenário de expansão das universidades públicas e dos cursos a distância oferecidos por instituições de ensino superior, públicas e privadas, sinaliza novos tempos para a educação superior. Se em décadas anteriores esse movimento foi representado pela expansão das universidades privadas, estamos vivenciando uma nova realidade com a institucionalização da educação a distância, que parece trazer um modelo mais complexo de ensino, integrando a modalidade presencial e a virtual. A vivência nos espaços formativos também faz parte da

formação e sob esse aspecto, a multiplicidade e a diversidade de situações propostas ao estudante refletem a complexidade do modelo de educação a distância vigente, mesmo porque há questões nos documentos oficiais que ainda não estão muito claras, como a que se refere à especificidade regional dos pólos onde ocorrem as atividades presenciais. E retomando a questão posta pelos técnicos do Banco Mundial, pode-se dizer que os critérios de eficácia e de equidade estão no cerne dos indicadores de qualidade da educação a distância e servem de parâmetro para a orientação e a avaliação dos estudantes e das instituições que ofertam cursos nessa modalidade.

Essas questões têm sido trazidas nos fóruns que discutem as políticas educacionais, mas encontram abrigo nos documentos oficiais, segundo os quais as complexas questões que a sociedade enfrenta impõem novos desafios para a educação e exigem uma formação diferenciada daquela do passado e maior autonomia do sujeito. Também não se pode negar que os problemas a serem enfrentadas pelos profissionais na sociedade do conhecimento, sob a pressão da globalização, impõem novos desafios, tanto no que diz respeito ao mercado de trabalho quanto às relações sociais. Sob esse aspecto, não basta apenas assegurar o direito à educação como um direito de todos a ser garantido sob a coordenação do Estado, posto que novas exigências e novos desafios estão se apresentando cotidianamente àqueles dispostos a realizar seu papel de educador.

Referências Bibliográficas

BRASIL. MEC. Decreto nº 2.494, de 10/02/1998 – Regulamenta o art.80 da LDB

BRASIL/PR. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.

BRASIL. MEC. Relatório da Comissão Assessora para educação Superior a distância. Secretaria de Educação Superior. Brasília, 2002.

BRASIL. MEC. Relatório da Comissão Assessora para educação Superior a distância. Secretaria de Educação Superior. Brasília, 2003

BRASIL. MEC. PORTARIA nº. 335, de 6 de fevereiro de 2002

GENTILLI, Pablo; SILVA, T. (Orgs.) Neoliberalismo, *Qualidade Total e Educação*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Romualdo Portela & ARAÚJO, Gilda Cardoso. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. *Revista Brasileira da Educação*. Jan/fev/mar/abril de 2005, n. 28.

RIBEIRO, Leonardo Lucas. *Referenciais de Qualidade de EaD para Cursos de Graduação a Distância*. Brasília, 2005

TOMMASI, Livia De. Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação. In TOMMASI, Livia De; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 4.ed.São Paulo: Cortez Editora, 2003

TOMMASI, Livia De; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 4.ed.São Paulo: Cortez Editora, 2003

TORRES, Rosa María. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In TOMMASI, Livia De; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 4.ed.São Paulo: Cortez Editora, 2003

VIANNEY, João; TORRES, Patrícia; SILVA, Elizabeth. *A Universidade Virtual no Brasil: Os números do ensino superior a distância no país em 2002*. Relatório do Seminário Internacional sobre Universidades Virtuais na América Latina e Caribe. Quito – Equador, 2003.